

A SOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM FASE DE PANDEMIA

Bequiane Pereira Araújo¹
Ana Raquel da Silva Mesquita²

RESUMO

Na educação atual, crianças com deficiência são amparadas pelas normativas legais e devem fazer parte da rede regular que perpassa todos os níveis de ensino. Assim, justifica-se a relevância desse estudo pela busca de informações e reflexões levantadas acerca de como a educação de crianças com deficiência vem sendo desempenhada pela Rede Municipal em fase de pandemia. Ao refletir sobre a importância dessa temática chega-se a seguinte questão problema: Como está ocorrendo o processo de inclusão e valorização da criança com deficiência na educação infantil em fase de pandemia? Seguindo essa indagação, o estudo aqui socializado objetivou, de forma geral, conhecer as ações práticas pedagógicas adotadas pela Rede Municipal de Ensino para incluir as crianças com deficiência em fase de pandemia. Especificamente tencionou entender a dinâmica escolar voltada para a criança especial através da modalidade de aula definida, sendo ela remota ou híbrida, bem como as políticas públicas ativas, e analisar através de entrevistas as ações docentes de ensino-aprendizagem, presença do lúdico e relação família-escola, por fim, refletir sobre os desafios atuais em atender essas crianças através das normas de distanciamento social definidas pelo poder público. Esta produção se torna relevante pela constante necessidade de reflexão acerca temática levantada, por ser de abordagem qualitativa com realização de entrevistas com profissionais que atuam na área, os resultados evidenciaram os desafios e ainda as ações que estão sendo realizadas para atender as crianças com deficiência na rede regular.

Palavras-chave: Educação Infantil, Inclusão, Práticas pedagógicas, Rede Regular.

INTRODUÇÃO

A LDB define a educação infantil como primeira etapa da educação básica que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Por sua vez, a educação especial atende todos que possuem alguma característica especial, denominadas de deficiências em aspectos físicos e psicológicos. Está foi por muito tempo considerada um tipo de educação exclusiva, paralela e separada da rede regular. Nos dias de hoje, essa educação é uma modalidade que faz parte da educação regular e perpassa todos os níveis de ensino. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI, bequianeparaujo@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI, aninharaquel.2012@hotmail.com;

Nacional, em seu art. 58, educação especial, para os efeitos desta Lei, é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, toda e qualquer criança com presença de alguma deficiência precisa ser incluída na rede regular, matriculada na educação infantil, recebendo interação com outras. Assim, justifica-se a relevância dessa pesquisa ao buscar informações de como a educação de crianças com deficiência vem sendo desempenhada pela Rede Municipal de ensino em dois bairros localizados na Cidade de Corrente-PI, bem como propor um debate reflexivo acerca a necessidade de valorização desses alunos, incluindo-os de forma significativa no campo escolar.

Ao refletir sobre a importância dessa temática chega-se a seguinte questão problema: Como está ocorrendo o processo de inclusão e valorização da criança com deficiência na educação infantil em fase de pandemia? Seguindo essa indagação, o estudo aqui socializado objetivou, de forma geral, conhecer as ações práticas pedagógicas adotadas pela Rede Municipal de Ensino para incluir as crianças com deficiência em fase de pandemia. Especificamente tencionou entender a dinâmica escolar voltada para a criança especial através da modalidade de aula definida, sendo ela remota ou híbrida, bem como as políticas públicas ativas, e analisar através de entrevistas as ações docentes de ensino-aprendizagem, presença do lúdico e relação família-escola, por fim, refletir sobre os desafios atuais em atender essas crianças através das normas de distanciamento social definidas pelo poder público.

O artigo está estruturado em tópicos que explanam a metodologia do título geral, uma breve reflexão teórica sobre a relação entre educação infantil e criança especial na rede regular de ensino, bem como sua inclusão de forma significativa. Além disso, resultados de entrevistas realizadas com duas professoras que atuam em dois bairros da zona urbana no Município de Corrente-PI, por fim, considerações finais acerca dos resultados obtidos e reflexões levantadas.

Através dessa pesquisa foi possível verificar os desafios e ainda as ações que estão sendo realizadas para atender as crianças com deficiência na rede regular. Considerando a proposta de educação inclusiva, opção brasileira referendada em suas políticas educacionais, entendemos que a escola precisa estar em constante reorganização para atender a diversidade social respeitando as diferenças, começando na educação infantil por ser esta, conforme prescrito na lei, a primeira etapa da educação.

METODOLOGIA

Diante os objetivos estabelecidos, este estudo utilizou a abordagem qualitativa que tem se estabelecido como relevante em pesquisas realizadas na área da educação, pois um estudo com essa abordagem caracteriza-se pelo enfoque interpretativo e reflexivo (ERICKSON, 1989). No que se trata da técnica de investigação adotamos a entrevista, considerando que entrevistamos porque temos interesse nas histórias de outras pessoas, pois segundo Seidman (1991), o principal motivo de se realizar uma entrevista, pois despertamos curiosidade por histórias, reflexões, ordenamentos dos fatos e acontecimentos que marcaram um momento. As profissionais escolhidas para a entrevista foram duas docentes atuantes na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Corrente-PI, sendo ambas professoras temporárias na rede atuante. O critério de escolha desses profissionais de seu pelo acesso que ambas têm ao campo de pesquisa, bem como pela experiência em projetos de extensão que interligam universidade e secretaria de educação municipal.

Diante do exposto, todas as entrevistadas ficaram livres para responder as seguintes indagações: 1 Como está ocorrendo a inclusão das crianças com deficiência na rede regular de ensino municipal em fase de pandemia? 2 Quantas crianças presentes em sua turma e/ou nos turnos em que você leciona apresentam alguma deficiência e quais são essas deficiências? 3 Quais são as atividades pedagógicas desenvolvidas para atendê-las? 4 Quais os desafios enfrentados? 5 Como está ocorrendo a relação família-escola? Ambas foram ouvidas por meio digital através de aparelhos de celular, respeitando as normas de distanciamento social devido a pandemia advinda do Coronavírus.

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOB O OLHAR TEÓRICO

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos, etc., voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais.

Logo, a educação com equidade é um dos pilares que conduz o desenvolvimento dos sujeitos no contexto escolar, para que aconteça, de fato, uma educação inclusiva, onde todas

as pessoas possam ser beneficiadas e assistidas no processo de escolarização, levando em consideração suas singularidades. Assim, o direito e a obrigatoriedade da matrícula trouxeram às escolas regulares muitas pessoas com deficiência, pois “o direito de todos os indivíduos à educação, como parte do processo de inclusão social, deve ser respeitado, independentemente das dificuldades do aluno” (SOUSA, 2020, p. 170).

Contudo, nem sempre foi assim, ao longo da história as crianças com deficiências eram deixadas à mercê da sociedade, excluídas do processo de socialização e vistas com um olhar de anomalias, seres impuros e contaminadores. Porém, essa forma desumana de tratamento foi ficando de lado com a chegada de marcos históricos, como exemplo temos a Declaração de Salamanca (1994) que começou a quebrar o paradigma da integração, mostrando que é possível todos serem inclusos não só na sociedade de modo geral, mais também em escolas como estudantes, com os devidos apoios necessários para cada um, reconhecendo as diferenças individuais e, o melhor de tudo, aceitando e aprendendo a conviver com elas. No processo de integração a pessoa deve se adaptar ao meio; já na inclusão não, o meio deve se adaptar ao sujeito.

Além disso, outros Documentos legais e normativos foram criados no decorrer do tempo, garantindo assim, através da lei, o direito de uma educação de qualidade e inclusiva, ganhando destaque o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), Declaração Mundial de Educação para todos (1990) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

Nessa visão, segundo Lima (2019, p. 96) declara que:

A partir da flexibilização do acesso educacional das pessoas com deficiência para sua integração no sistema regular de ensino, percebe-se a necessidade de mudança no seu ordenamento legal sobre as diretrizes que fomentam a sua participação no novo modelo de educação, viabilizando a aprendizagem escolar, extinguindo com isso o seu acesso na forma de caráter opcional e tornando-o obrigatório.

Ainda vemos um grande descompasso no Brasil no que se refere a inclusão, mas não desconsideramos os avanços. Faz-se necessário, na Educação Infantil, a capacitação constante de docentes, o desenvolvimento de técnicas e habilidades pedagógicas para lidar com a diversidade. Pois, enquanto essa prática não ocorre com eficiência o que acontece é a inserção pura e simples desses alunos nas escolas, estamos falando de integração, que não garante para o estudante nem autonomia individual, muito menos igualdade de oportunidades.

Para incluir a diversidade presente na escola é necessário haver o respeito às diferenças e especificidades de cada pessoa, o currículo necessita ser em seus conteúdos com

métodos, recursos, estratégias e avaliações flexibilizadas. Isso se torna viável com a participação com planejamento e com o apoio da família do estudante com deficiência, pois inclusão segundo Sasaki (2009, p. 01) “é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana”. Não basta matricular, permitir a frequência do aluno, é necessário assegurar acessibilidade, igualdade de oportunidades, a não discriminação pela deficiência, ou o que vai acontecer é apenas a integração do estudante.

Incluir não é algo que depende apenas de recursos didáticos e físicos, pois a escola pode ter tudo, como: Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), materiais para pessoas com baixa visão, livros adaptados, mas o diferencial sempre é o profissional. É viável que os sistemas de ensino organizem as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações. Contudo, se a comunidade escolar não entender a importância de incluir e apresentar vontade e atitude para mudar o processo de ensino vigente, a maior das barreiras não será quebrada.

A conscientização é apenas o primeiro passo, para que cada vez mais alunos sejam incluídos no ensino regular, e que com o tempo a sala especial pare de existir. A partir dela a gestão pode incluir no PPP metodologias que contemplem a todos, uma estrutura física mais acessível e capacitações constantes para os profissionais da educação. Além de necessário, é urgente que haja mais pesquisas e projetos voltados para a inclusão das pessoas com deficiência em todos os níveis e modalidades de ensino, não apenas na Educação Infantil, para que essas pessoas tenham garantido o direito de uma formação completa.

A INCLUSÃO ESCOLAR EM FASE DE PANDEMIA SOB O OLHAR DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Analisamos as falas das duas professoras que atuam na Rede Municipal de Ensino, especificamente em dois bairros da zona urbana da cidade campo de pesquisa, foi possível perceber a dinâmica escolar atual e seus desafios enfrentados. Ambas responderam as indagações propostas (1. Como está ocorrendo a inclusão das crianças com deficiência na rede regular de ensino municipal em fase de pandemia? 2. Quantas crianças presentes em sua turma e/ou nos turnos em que você leciona apresentam alguma deficiência e quais são essas

deficiências? 3. Quais são as atividades pedagógicas desenvolvidas para atendê-las? 4. Quais os desafios enfrentados? 5. Como está ocorrendo a relação família-escola?) no dia 26 de julho de 2021 pela plataforma Google. Apresenta-se abaixo a Tabela 1 com as falas das docentes entrevistadas:

TABELA 1. A SOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL		
Indagações	Docente 1	Docente 2
1.Como está ocorrendo a inclusão das crianças com deficiência na rede regular de ensino municipal em fase de pandemia?	“Bom, no momento em que estamos vivendo a educação a distância está sendo bem complicada, ainda mais para as crianças que tem necessidades especiais. Assim como as demais crianças, elas recebem as atividades quinzenais para fazer em casa”.	“Simplesmente não tem inclusão. As crianças sempre foram bem distantes, agora com a chegada da pandemia elas ficaram mais distantes ainda. Ainda mais, não vejo nenhuma medida tomada pelo município para incluir essas crianças. Procuo fazer a minha parte, mas fica difícil quando os pais e as crianças desaparecem, não dão satisfação”.
2.Quantas crianças presentes em sua turma e/ou nos turnos em que você leciona apresentam alguma deficiência e quais são essas deficiências?	“Na minha turma tem uma, mas na escola em geral possuem três crianças. Uma matriculada em minha turma tem paralisia infantil, as outras não tenho conhecimento.”.	“Na escola de forma geral eu não tenho conhecimento, mas em uma das minhas turmas tem um aluno com hiperatividade”.
3.Quais são as atividades pedagógicas desenvolvidas para atendê-las?	“No momento só enviamos atividades mesmo. Até agora sem nenhuma orientação de inclusão na prática e com o	“Para atender essas crianças a escola não faz nenhuma atividade geral, fica a critério de cada professora se virar para desenvolver. No meu caso, pelo

	distanciamento está mais difícil ainda”.	pouco contato com a turma, envio as atividades e espero o retorno. Fui informada praticamente já no meio do ano sobre a necessidade especial desse aluno, como ele e a família são distantes, juntando com o não retorno das atividades, fica impossível intervir”.
4.Quais os desafios enfrentados?	“Os desafios são muitos, mas o principal é não saber como está procedendo em casa, já que não recebo retorno com frequência dos pais”.	“O maior desafio é ter contato com os alunos, a demora é grande para retornarem, alguns não retorna, outros já evadiram e por aí vai”.
5.Como está ocorrendo a relação família-escola?	“Bem, vejo que nesse momento está muito sobrecarregado para os pais e muitos acabam não tendo o interesse e a preocupação de ir à escola buscar as atividades para fazer com os filhos. Ao sentar para corrigir as tarefas percebo uma certa ausência em relação ao responsável acompanhar sua criança ”.	“No geral, essa relação ainda é muito fragilizada, com o cenário em vivemos consequentemente deveria ser mais forte, infelizmente isso não ocorreu até agora. São muitas dificuldades relatadas pelas famílias que as impedem de serem presentes e a escola não pode fazer nada. Isso gera uma desmotivação em nós também”.

Fonte: Informações obtidas via entrevistas realizadas pelas autoras. 2021.

Diante das falas e considerando que o público alvo da educação inclusiva são todos e quaisquer estudantes que apresentam deficiência, a bandeira escolar deve, por direito, garantir que todos tenham acesso igualitário à educação, independentemente de qualquer contexto ou condição. Assim, respondendo à questão problema levantada, **“Como está ocorrendo o processo de inclusão e valorização da criança com deficiência na educação infantil em**

fase de pandemia?”, percebe-se que a educação infantil no sentido inclusivo está deixando a desejar nessas escolas, ainda voltada para a exclusão e desvalorização da criança como detentora de direitos sociais, dentre eles a Educação.

Ainda nessa perspectiva, podemos relacionar as ações manifestadas por essas escolas com as práticas passadas, onde as crianças especiais eram deixadas à mercê da sociedade, sem participação nos processos educativos inclusivos. Conforme Sousa (2020), em tempos passados, o olhar voltado à pessoa com deficiência era pela ótica médica e assistencialista; dessa forma, competia a esses sujeitos espaços segregados socialmente, como hospitais, asilos, conventos, onde recebiam o básico para sua sobrevivência e atendimento. Ainda, percebe-se que a escola se encontra desorganizada e sofrendo com as consequências da pandemia covid-19, onde informações não são pensadas nem repassadas, falta uma gestão autônoma e um corpo docente ativo/reflexivo.

Contudo, vale ressaltar que, ainda no período de segregação, foram criadas as primeiras escolas especiais; neste momento, as pessoas com deficiência passaram a ter direito à educação formal. Hoje, pela evolução das normativas legais, crianças especiais tem o direito de estudarem em rede regular, mas percebe-se que a rede regular ainda não está preparada para incluí-la de forma saldável, considerando que com a chegada da pandemia as desigualdades sociais e exclusão ficaram mais a floradas.

Considera-se, historicamente falando, que a Educação Especial traçou uma longa trajetória até se estabelecer como uma modalidade de ensino que auxilia na educação de pessoas que necessitam de um atendimento especial para seu desenvolvimento e aprendizado (MEDEIROS, 2020). Ao enfrentar lutas e desafios para hoje se ter o debate sobre o termo Inclusão, não vale a pena desistir ou deixar as conquistas a beira do caminho. Os desafios continuarão, crises sociais são frequentes, mas a escola como reflexo da sociedade necessita repensar suas ações, práticas pedagógicas e dinâmica para sempre se reinventar diante das necessidades e realidade de cada um, em especial no diálogo entre família-escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível refletir através dos resultados aqui apresentados, é dever do poder público garantir um atendimento educacional especializado, de forma gratuita aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, nesse contexto a presença de crianças no ambiente educacional formal em rede regular é relevante e primordial, além de ser um direito inalienável.

Foi possível perceber que a presença do aluno com deficiência na escola comum tem se intensificado nos últimos anos, especialmente na educação infantil, porém essa presença nem sempre é bem vinda em decorrência da falta de profissionais capacitados. Desta forma, pensar em mudança de paradigma e em conseqüente transformação da escola em inclusiva para as crianças implica no reconhecimento de que a educação infantil é o primeiro espaço em que as mudanças devem se efetivar. A construção de um ambiente inclusivo propicia condições para que todos os envolvidos no processo educacional possam dirigir a atenção sobre si mesmos e escutar o outro.

Com relação às possibilidades de pesquisa nesta área, é possível, posteriormente, continuar explorando essa temática, haja vista a necessidade de aprofundamento de ações práticas no assunto. Conseqüentemente, possibilitando o conhecimento e a valorização da educação inclusiva. Através dessa reflexão foi possível apontar os desafios e ainda as ações que estão sendo realizadas para atender as crianças com deficiência na rede regular. Considerando que a proposta de educação inclusiva precisa estar em constante reorganização para atender a diversidade social respeitando as diferenças. Além disso, contribuiu de forma significativa para a capacitação e busca por conhecimentos das autoras envolvidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais e Enquadramento da Ação**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 25 mai. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

ERICKSON, F. **Métodos cualitativos de investigación**. In: WITTROCK, M. C. La investigación de la enseñanza, II. Barcelona- Buenos Aires-México: Paidós, 1989, p. 195-299.

LIMA, Leidy Jane Claudino de. **Cuidadores escolares e inclusão educacional: uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escola**. Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPB, 2018. 219f.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SEIDMAN, I. E. **Interviewing as qualitative research**. A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences. Columbia: Teachers College Press, 1991.



SOUSA, Lázaro Mourão de. **Educação Especial no Brasil:** o que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência. Revista Bibliomar, São Luís, v.19, n.1, p. 159-173, 2020.